



SENADO FEDERAL

## VOTO EM SEPARADO

Perante a COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 233, de 2019, do Senador Randolfê Rodrigues, que *susta o Decreto nº 9.785, de 07 de Maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas*; o PDL nº 235, de 2019, do Senador Humberto Costa e outros, que *susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas*; o PDL nº 238, de 2019, do Senador Randolfê Rodrigues e do Senador Fabiano Contarato, que *susta o Decreto nº 9.785, de 07 de Maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas*; o PDL nº 239, de 2019, da Senadora Eliziane Gama, que *susta, nos termos nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre “a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas”*; o PDL nº 286, de 2019, do



SF/19918.72081-08

Senador Randolfê Rodrigues e do Senador Fabiano Contarato, que *susta os Decretos n.ºs 9.785, de 07 de maio de 2019, e 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas e o PDL n.º 287, de 2019, do Senador Humberto Costa e outros, que susta o Decreto n.º 9.785, de 7 de maio de 2019 e o Decreto n.º 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.*



SF/19918.72081-08

## I – RELATÓRIO

Os Projetos de Decreto Legislativo (PDLs) n.ºs 233, 235, 238 e 239, todos de 2019, foram apresentados com o objetivo de sustar, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal (CF), o Decreto n.º 9.785, de 5 de maio de 2019, que regulamenta a Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, *para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.*

Poucos dias após a edição desse decreto, o Poder Executivo editou outro normativo, o Decreto n.º 9.797, de 21 de maio de 2019, que *altera o Decreto n.º 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, e o Decreto n.º 9.607, de 12 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa.*

O novo ato presidencial desafiou, então, a apresentação do PDL n.º 286, de 2019, por parte dos Senadores Randolfê Rodrigues e Fabiano

Contrato, e do PDL nº 287, de 2019, que tem o Senador Humberto Costa como primeiro signatário.

Em suas justificações, os autores dos projetos argumentam, em síntese, que o Poder Executivo Federal extrapolou seu poder regulamentar, usurpando competência do Congresso Nacional, que “é o local adequado para se realizar qualquer alteração no que diz respeito ao porte e posse de armas de fogo, uma vez que está havendo criação de direitos. Tal medida burla claramente o princípio constitucional da reserva legal e da separação dos Poderes”.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

### II.1 – Do porte de arma de fogo

Preliminarmente, é importante ressaltar que o *caput* do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento) veda, como regra geral, o porte de arma de fogo em todo o território nacional. Entretanto, em seus incisos são elencadas algumas categorias e entidades que poderão, em caráter excepcional, obter o porte de arma de fogo, segundo as regras estabelecidas no Estatuto do Desarmamento.

Por sua vez, de forma completamente independente ao que dispõe o art. 6º, o Estatuto do Desarmamento, no art. 10, permite a concessão de autorização de porte de arma de fogo de uso permitido pela Polícia Federal, após a autorização do Sistema Nacional de Armas (Sinarm). Tal autorização poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada e dependerá de o requerente: i) demonstrar a sua **efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física**; ii) atender às **exigências do art. 4º** do Estatuto do Desarmamento<sup>1</sup>; e iii) apresentar **documentação de**

---

<sup>1</sup> Lei nº 10.826, de 2003.



**propriedade de arma de fogo, bem como o seu devido registro** no órgão competente.

Saliente-se que os arts. 6º e 10 do Estatuto do Desarmamento não se comunicam. Assim, as entidades e categorias previstas no *caput* do art. 6º não necessitam cumprir os requisitos previstos no § 1º do art. 10, como por exemplo o de “efetiva necessidade”. Por sua vez, a autorização de porte de arma de fogo do art. 10 poderá ser concedida para toda e qualquer pessoa, independentemente de estar elencada no rol do art. 6º, bastando para tanto cumprir os requisitos previstos no § 1º do próprio art. 10.

Ademais, para algumas categorias previstas no art. 6º, como por exemplo os integrantes das forças armadas (art. 6º, I), é possibilitado o uso de arma de fogo de uso restrito (vide Decreto nº 9.493, de 5 de setembro de 2018<sup>2</sup>). Por sua vez, a pessoa que pleitear o porte de arma de fogo nos termos

---

Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

I - comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos;

II – apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

III – comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei.

§ 1º O Sinarm expedirá autorização de compra de arma de fogo após atendidos os requisitos anteriormente estabelecidos, em nome do requerente e para a arma indicada, sendo intransferível esta autorização.

§ 2º A aquisição de munição somente poderá ser feita no calibre correspondente à arma registrada e na quantidade estabelecida no regulamento desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 3º A empresa que comercializar arma de fogo em território nacional é obrigada a comunicar a venda à autoridade competente, como também a manter banco de dados com todas as características da arma e cópia dos documentos previstos neste artigo.

§ 4º A empresa que comercializa armas de fogo, acessórios e munições responde legalmente por essas mercadorias, ficando registradas como de sua propriedade enquanto não forem vendidas.

§ 5º A comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas somente será efetivada mediante autorização do Sinarm.

§ 6º A expedição da autorização a que se refere o § 1º será concedida, ou recusada com a devida fundamentação, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do requerimento do interessado.

§ 7º O registro precário a que se refere o § 4º prescinde do cumprimento dos requisitos dos incisos I, II e III deste artigo.

§ 8º Estará dispensado das exigências constantes do inciso III do *caput* deste artigo, na forma do regulamento, o interessado em adquirir arma de fogo de uso permitido que comprove estar autorizado a portar arma com as mesmas características daquela a ser adquirida

<sup>2</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9493.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9493.htm)



do art. 10, somente poderá obter autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido.

Passando, então, à análise do Decreto nº 9.785, de 2019, observamos que o porte de arma de fogo está regulamentado nos arts. 20 a 42, com destaque para o § 3º do art. 20, por ser o dispositivo mais sensível, no que diz respeito à extrapolação do poder regulamentar.

O § 3º do art. 20 da redação original do Decreto nº 9.785, de 2019, presumia, de forma absoluta, que as categorias elencadas no § 3º do art. 20 do Decreto cumpriam o requisito previsto no inciso I do § 1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento, que diz respeito à demonstração da *“efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física”*.

Agora, com a redação dada pelo Decreto nº 9.797, de 2019, presume-se, também de forma absoluta, quais categorias profissionais podem ser consideradas como “atividade profissional de risco” (§ 3º) e quando se está caracterizada a “ameaça à integridade física” (§ 4º).

No nosso entendimento, o Decreto nº 9.785, de 2019, permanece extrapolando o poder regulamentar, uma vez que, embora não seja presumida mais a “efetiva necessidade”, são presumidas as pessoas que podem ser consideradas enquadradas na “atividade profissional de risco” e na circunstância de “ameaça à integridade física”.

Conforme foi salientado na análise da redação original do Decreto, o § 1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento exige que o pretendente ao porte de arma de fogo de uso permitido deve demonstrar, **no caso concreto**, a efetiva necessidade do porte em decorrência de exercício



de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física. Assim, a Lei **exige um exame individualizado**, pela Polícia Federal, do pleiteante à autorização de arma de fogo de uso permitido.

Se não fosse assim, o Decreto poderia contemplar qualquer pessoa, entidade ou categoria, presumindo, de forma absoluta, que ela necessitaria do porte de arma de fogo para o exercício da sua atividade profissional ou para a defesa da sua integridade física.

Como vimos, esse não foi o escopo do Estatuto do Desarmamento. Como o próprio nome dado ao diploma legal diz, o objetivo do Estatuto foi o de desarmar a população, vedando o porte de arma de fogo em todo o território nacional. Por exceção, foram elencadas, de forma estrita, algumas categorias, pessoas ou entidades que poderiam obter o porte de arma de fogo.

Temos que o Estatuto do Desarmamento foi bem claro ao exigir que, para a concessão da autorização de porte de arma de fogo de uso permitido, o requerente deverá, entre outros requisitos, “*demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física*”.

A redação do artigo legal não dá margem a dúvida, razão pela qual repisamos seu texto:

“**Art. 10.** A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sinarm.

§ 1º A autorização prevista neste artigo poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada, nos termos de atos regulamentares, e dependerá de o requerente:

I – demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física;  
 .....

Destoando do regramento legal, o § 3º do art. 20 do Decreto nº 9.785, de 2019, dispõe, segundo a redação dada pelo Decreto nº 9.797, de 2019:

“Art. 20. ....

§ 3º São consideradas atividades profissionais de risco, para fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.826, de 2003, o exercício das seguintes profissões ou atividades:

I - instrutor de tiro ou armeiro credenciado pela Polícia Federal;

II - agente público, inclusive inativo:

a) da área de segurança pública;

b) da Agência Brasileira de Inteligência;

c) da administração penitenciária;

d) do sistema socioeducativo, desde que lotado nas unidades de internação de que trata o inciso VI do caput do art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

e) que exerça atividade com poder de polícia administrativa ou de correição em caráter permanente;

f) dos órgãos policiais das assembleias legislativas dos Estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

g) detentor de mandato eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, durante o exercício do mandato;

h) que seja oficial de justiça; ou

i) de trânsito;

III - advogado;

IV - proprietário:

a) de estabelecimentos que comercializem armas de fogo; ou

b) de escolas de tiro;

V - dirigente de clubes de tiro;



VI - empregado de estabelecimentos que comercializem armas de fogo, de escolas de tiro e de clubes de tiro que sejam responsáveis pela guarda do arsenal armazenado nesses locais;

VII - profissional da imprensa que atue na cobertura policial;

VIII - conselheiro tutelar;

IX - motorista de empresa de transporte de cargas ou transportador autônomo de cargas;

X - proprietário ou empregado de empresas de segurança privada ou de transporte de valores;

XI - guarda portuário;

XII - integrante de órgão do Poder Judiciário que esteja efetivamente no exercício de funções de segurança; ou

XIII - integrante de órgão dos Ministérios Públicos da União, dos Estados ou do Distrito Federal e Territórios que esteja efetivamente no exercício de funções de segurança.

§ 4º Considera-se ameaça à integridade física, para fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.826, de 2003, o fato de o requerente do porte de arma de fogo ser:

I - caçador ou colecionador de arma de fogo com Certificado de Registro expedido pelo Comando do Exército; ou

II - domiciliado em imóvel rural, assim definido como aquele que se destina ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial, nos termos do disposto na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, cuja posse seja justa, nos termos do disposto no art. 1.200 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Entre as categorias elencadas, verificamos que algumas delas não necessitariam comprovar o requisito previsto no inciso I do § 1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento, nos termos do art. 6º da Lei<sup>3</sup>. São citados

<sup>3</sup> Lei nº 10.826, de 2003.

**Art. 6º** É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

I – os integrantes das Forças Armadas;

II- os integrantes de órgãos referidos nos [incisos I, II, III, IV e V do caput do art. 144 da Constituição Federal](#) e os da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP);

III – os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei; [\(Vide ADIN 5538\)](#) [\(Vide ADIN 5948\)](#)

IV - os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço; [\(Redação dada pela Lei nº 10.867, de 2004\)](#) [\(Vide ADIN 5538\)](#) [\(Vide ADIN 5948\)](#)





pelo Decreto os agentes públicos da área de segurança pública, da Agência Brasileira de Inteligência e da administração penitenciária.

No que se refere ao agente público da área de segurança pública, o Estatuto do Desarmamento elenca apenas os integrantes dos órgãos referidos nos incisos I, II, III, IV e V do *caput* da Constituição Federal, os da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e os integrantes das Guardas Municipais (conforme liminar concedida na medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5948).

Aos agentes públicos da Agência Brasileira de Inteligência, o Estatuto do Desarmamento menciona apenas os “agentes operacionais” (art. 6º, V), e não todo e qualquer funcionário do referido órgão.

Aos agentes públicos da administração penitenciária, o Estatuto elenca apenas os agentes e guardas prisionais e os integrantes de escoltas de presos (art. 6º, VII), e não todo e qualquer funcionário.

---

V – os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VI – os integrantes dos órgãos policiais referidos no [art. 51, IV](#), e no [art. 52, XIII, da Constituição Federal](#);

VII – os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias;

VIII – as empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas, nos termos desta Lei;

IX – para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta Lei, observando-se, no que couber, a legislação ambiental.

X – os integrantes da Carreira Auditoria da Receita Federal, Auditores-Fiscais e Técnicos da Receita Federal. [\(Incluído pela Lei nº 11.118, de 2005\)](#)

X - integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário. [\(Redação dada pela Lei nº 11.501, de 2007\)](#)

XI - os tribunais do Poder Judiciário descritos no [art. 92 da Constituição Federal](#) e os Ministérios Públicos da União e dos Estados, para uso exclusivo de servidores de seus quadros pessoais que efetivamente estejam no exercício de funções de segurança, na forma de regulamento a ser emitido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

.....



Vê-se então, claramente, que o Decreto é, nesses pontos, exorbitante, ampliando os servidores habilitados a portar arma naqueles órgãos. É importante salientar, mais uma vez, que apenas os agentes públicos que estão expressamente elencados no art. 6º do Estatuto do Desarmamento, não necessitam, para obter o porte de arma de fogo, de comprovar o requisito de “efetiva necessidade”, por exercer “atividade profissional de risco”, previsto no inciso I do § 1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento.

Ademais, verifica-se que o Decreto estende a possibilidade de obtenção do porte de arma de fogo aos agentes públicos “**inativos**”. Ocorre que, em nenhum de seus dispositivos, o Estatuto do Desarmamento confere o porte de arma de fogo a qualquer funcionário público inativo. Mesmo aqueles que podem portar arma de fogo fora do serviço, como os previstos nos incisos I, II, III, V e VI do *caput* do art. 6º do Estatuto, devem ser funcionários que estejam em atividade.

Ressalte-se que, no caso dos militares, a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), confere o porte de arma de fogo “*quando oficial em serviço ativo ou em inatividade, salvo caso de inatividade por alienação mental ou condenação por crimes contra a segurança do Estado ou por atividades que desaconselhem aquele porte*” (art. 50, IV, “q”). Dispositivo idêntico consta no art. 50, IV, “p”, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984 (Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal).

Entretanto, no Estatuto do Desarmamento, **que é o diploma legal que o Decreto procura regulamentar**, não há qualquer previsão para o porte de arma de fogo de servidores públicos inativos.



Veja-se que não se critica aqui o mérito e a razão das escolhas administrativas presentes no Decreto. Com efeito, é possível vislumbrar a necessidade do porte de arma por aqueles agentes públicos, mesmo na inatividade, para sua defesa pessoal. Todavia, apenas alertamos que o porte de arma de fogo para inativos não está previsto no Estatuto do Desarmamento.

O Decreto elenca ainda diversas categorias que não são autorizadas, pelo Estatuto do Desarmamento, a portar arma de fogo, sem a comprovação do requisito da “efetiva necessidade”, por ser presumido o “exercício de atividade profissional de risco”. São elas: o instrutor de tiro ou armeiro credenciado pela Polícia Federal; o agente público do sistema socioeducativo; o agente público que exerça atividade com poder de polícia administrativa ou de correição em caráter permanente; o policial das assembleias legislativas dos Estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o detentor de mandato eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando no exercício do mandato; o advogado; o oficial de justiça; o proprietário e os empregados de estabelecimento que comercialize armas de fogo ou de escolas de tiro; os dirigentes de clube de tiro; o profissional de imprensa que atue na cobertura policial; o conselheiro tutelar; o agente de trânsito; os motoristas de empresas e transportes autônomos de cargas.

O Decreto nº 9.797, de 2019, inclui ainda mais duas categorias na lista de atividades profissionais de risco, nos termos do art. 20, § 3º; i) o guarda portuário (inciso XI); e ii) os integrantes do Poder Judiciário e dos Ministérios Públicos da União, dos Estados ou do Distrito Federal e Territórios que estejam efetivamente no exercício de funções de segurança (incisos XII e XIII).



O guarda portuário não precisaria constar dessa lista, uma vez que faz parte das categorias excepcionais que tem autorização para portar arma de fogo, nos termos do art. 6º, inciso VII, do Estatuto do Desarmamento. Nos termos do § 2º do referido art. 6º, tal categoria somente deve comprovar o requisito previsto no inciso III do *caput* do art. 4º do Estatuto, qual seja, a “comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo”.

Por sua vez, os integrantes do Poder Judiciário e dos Ministérios Públicos da União, dos Estados ou do Distrito Federal e Territórios que estejam efetivamente no exercício de funções de segurança também não precisariam constar da lista das atividades profissionais de risco, uma vez que têm autorização para portar arma de fogo, nos termos do art. 6º, inciso XI, do Estatuto do Desarmamento. Saliente-se, entretanto, que o porte de arma de fogo deve ser exercido na forma de regulamento **a ser emitido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**.

É importante salientar que a concessão do porte de arma de fogo a várias dessas categorias, como por exemplo o oficial de justiça e o agente de trânsito, são objeto de proposições legislativas que estão tramitando há vários anos no Congresso Nacional. Assim, enquanto os seus integrantes não possuem, por lei, o direito ao porte de arma de fogo, eles devem, nos termos do art. 10 do Estatuto do Desarmamento, obter autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido junto a Polícia Federal, devendo comprovar, entre outros requisitos, “*a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física*”.

Sendo assim, o Decreto, ao presumir de forma absoluta, para algumas categorias, o “exercício de atividade profissional de risco” e a



“ameaça à sua integridade física”, extrapolou, no nosso entendimento, o exercício do poder regulamentar.

Analisaremos ainda a concessão de porte de arma de fogo a três categorias: i) o colecionador ou o caçador com certificado de registro de arma de fogo expedido pelo Comando do Exército; ii) o residente em área rural; e iii) o proprietário ou empregado de empresas de segurança privada e de transporte de valores.

Nos termos do art. 9º do Estatuto do Desarmamento, compete ao Ministério da Justiça a concessão do registro e do porte de trânsito de arma de fogo para colecionadores e caçadores, após autorização do Comando do Exército. No caso do caçador para subsistência, o § 6º do art. 6º ainda estabelece que, se ele der outro uso à sua arma de fogo, responderá por porte ilegal ou por disparo de arma de fogo de uso permitido.

Sendo assim, nos termos do Estatuto do Desarmamento, os colecionadores e caçadores podem receber apenas **porte de trânsito de arma de fogo**, para transportar a arma de um local (por exemplo, uma loja) até o destino final (por exemplo, um museu, a residência do caçador etc.). No caso do caçador para subsistência, o Estatuto do Desarmamento estabelece expressamente que, se for dado outro uso à arma, que não seja a utilização para a caça de subsistência, ele responderá por porte ilegal de arma de fogo.

Com isso, no nosso entendimento, novamente o Decreto extrapolou o poder regulamentar, ao conceder o porte de arma de fogo aos colecionadores e aos caçadores, presumindo, de forma absoluta, que eles cumprem o requisito de “ameaça à sua integridade física”, nos termos do inciso I do § 1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento. Inclusive, presumir



que o colecionador de arma de fogo tem sua integridade física ameaçada soa completamente absurdo.

Por sua vez, no caso dos residentes em área rural, o Decreto também presume, no art. 20, § 4º, inciso II, que eles apresentam a sua integridade física ameaçada. Ademais, no § 5º do mesmo artigo, dispõe-se que o porte de arma de fogo poderá ter sua territorialidade definida pela autoridade concedente.

O art. 25 do Decreto ainda prevê que será concedido o porte de arma de fogo, na categoria caçador para subsistência, de uma arma de fogo portátil, de uso permitido, de tiro simples, com um ou dois canos, de alma lisa e de calibre igual ou inferior a 16, desde que o interessado comprove a efetiva necessidade em requerimento ao qual serão anexados os seguintes documentos: i) comprovante de residência em área rural ou certidão equivalente expedida por órgão municipal ou distrital; ii) original e cópia da cédula de identidade e iii) atestado de bons antecedentes.

Assim, mais uma vez, entendemos que o Decreto extrapolou o poder regulamentar, ao não exigir do residente rural o requisito da **idade superior 25 (vinte e cinco) anos de idade**, bem como a **comprovação, na prática, da efetiva necessidade e da dependência do emprego da arma de fogo para a subsistência alimentar familiar**.

Noutro giro, o Decreto entende como cumprido o requisito da “efetiva necessidade”, por exercer “atividade profissional de risco”, previsto no inciso I do § 1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento, quando o requerente for proprietário ou empregado de empresas de segurança privada e de transporte de valores (art. 20, § 3º, X, do Decreto nº 9.785, de 2019).



Nos termos do art. 7º do Estatuto do Desarmamento, as armas de fogo utilizadas por empresas de segurança privada e de transporte de valores serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas empresas, **somente podendo ser utilizadas quando em serviço**, por empregados definidos em listagem atualizada semestralmente junto ao Sinarm.

Assim, a nosso ver, o Decreto extrapolou o poder regulamentar ao presumir, de forma absoluta, que o proprietário ou o empregado de empresas de segurança e de transporte de valores cumprem o requisito de “efetiva necessidade”, por “exercício de atividade profissional de risco”, nos termos do inciso I do § 1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento, podendo obter a autorização para o porte de arma de fogo, inclusive para a utilização da arma fora do serviço.

Por fim, verificamos que o § 6º do art. 36 do Decreto prescreve que o § 6º do art. 36 do Decreto nº 9.785, de 2019, com a redação dada pelo Decreto nº 9.797, de 2019, estabelece que a prática de tiro desportivo por pessoas com idade “entre quatorze e dezoito anos” dependerá da autorização conjunta de seus responsáveis legais, ou por apenas um, na falta do outro.

Ressalte-se que o revogado Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que anteriormente regulamentava o Estatuto do Desarmamento, previa que a prática de tiro desportivo por menores de dezoito anos deveria ser autorizada judicialmente.

No nosso entendimento, tanto o decreto antigo como atual, extrapolam a regulamentação do Estatuto do Desarmamento, uma vez que criam direito e obrigação não previstos no Estatuto, mesmo que seja para suprir uma lacuna na legislação.



## II.2 – Redefinição do conceito de armas de fogo de uso permitido e de uso restrito

O Estatuto do Desarmamento foi editado em 22 de dezembro de 2003, quando vigia o Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000, que trata do *Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105)*. Os arts. 16 e 17 desse regulamento trazem as definições de armas de fogo de uso permitido e de uso restrito, que serviram de base para orientar a elaboração do Estatuto do Desarmamento.

Desta feita, o Decreto nº 9.785, de 2019, com a redação dada pelo Decreto nº 9.797, de 2019, redefine as armas de fogo de uso permitido e de uso restrito.

A tabela a seguir mostra a reformulação das definições:

<b>Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.665, de 2000 (R-105)</b>	<b>Decreto nº 9.785, de 2019</b>
<p><b>Armas de fogo de uso permitido</b></p> <p><b>Art. 17.</b> São de uso permitido:</p> <p>I - armas de fogo curtas, de repetição ou semi-automáticas, cuja munição comum tenha, na saída do cano, energia de até <b>trezentas libras-pé ou quatrocentos e sete Joules</b> e suas munições, como por exemplo, os calibres .22 LR, .25 Auto, .32 Auto, .32 S&amp;W, .38 SPL e .380 Auto;</p> <p>II - armas de fogo longas raiadas, de repetição ou semi-automáticas, cuja munição comum tenha, na saída do cano, energia de até <b>mil libras-pé ou mil trezentos e cinquenta e cinco Joules</b> e suas munições, como por exemplo, os calibres .22 LR, .32-20, .38-40 e .44-40;</p> <p>III - armas de fogo de alma lisa, de repetição ou semiautomáticas, calibre doze ou inferior, com comprimento de cano igual ou maior do que vinte e quatro</p>	<p><b>Armas de fogo de uso permitido</b></p> <p><b>Art. 2º</b> .....</p> <p>I - arma de fogo de uso permitido - as armas de fogo semiautomáticas ou de repetição que sejam:</p> <p>a) de porte, cujo calibre nominal, com a utilização de munição comum, não atinja, na saída do cano de prova, energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscentos e vinte joules;</p> <p>b) portáteis de alma lisa; ou</p> <p>c) portáteis de alma raiada, cujo calibre nominal, com a utilização de munição comum, não atinja, na saída do cano de prova, energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscentos e vinte joules;</p> <p>.....</p>



<p>polegadas ou seiscentos e dez milímetros; as de menor calibre, com qualquer comprimento de cano, e suas munições de uso permitido;</p> <p>.....</p>	
<p><b>Armas de fogo de uso restrito</b></p> <p><b>Art. 16.</b> São de uso restrito:</p> <p>I - armas, munições, acessórios e equipamentos iguais ou que possuam alguma característica no que diz respeito aos empregos tático, estratégico e técnico do material bélico usado pelas Forças Armadas nacionais;</p> <p>II - armas, munições, acessórios e equipamentos que, não sendo iguais ou similares ao material bélico usado pelas Forças Armadas nacionais, possuam características que só as tornem aptas para emprego militar ou policial;</p> <p>III - armas de fogo curtas, cuja munição comum tenha, na saída do cano, energia superior a <b>trezentas libras-pé ou quatrocentos e sete Joules</b> e suas munições, como por exemplo, os calibres .357 Magnum, 9 Luger, .38 Super Auto, .40 S&amp;W, .44 SPL, .44 Magnum, .45 Colt e .45 Auto;</p> <p>IV - armas de fogo longas raiadas, cuja munição comum tenha, na saída do cano, energia superior a <b>mil libras-pé ou mil trezentos e cinquenta e cinco Joules</b> e suas munições, como por exemplo, .22-250, .223 Remington, .243 Winchester, .270 Winchester, 7 Mauser, .30-06, .308 Winchester, 7,62 x 39, .357 Magnum, .375 Winchester e .44 Magnum;</p> <p>V - armas de fogo automáticas de qualquer calibre;</p> <p>VI - armas de fogo de alma lisa de calibre doze ou maior com comprimento de cano menor que vinte e quatro polegadas ou seiscentos e dez milímetros;</p> <p>VII - armas de fogo de alma lisa de calibre superior ao doze e suas munições;</p> <p>.....</p>	<p><b>Armas de fogo de uso restrito</b></p> <p><b>Art. 2º</b> .....</p> <p>.....</p> <p>II - .....</p> <p>.....</p> <p>b) de porte, cujo calibre nominal, com a utilização de munição comum, atinja, na saída do cano de prova, energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscentos e vinte joules; ou</p> <p>c) portáteis de alma raiada, cujo calibre nominal, com a utilização de munição comum, atinja, na saída do cano de prova, energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscentos e vinte joules;</p> <p>.....</p>



--	--

Note-se que o Decreto nº 9.785, de 2019, alterou sensivelmente as medidas de energia que caracterizavam as armas de fogo como de uso permitido ou de uso restrito. Por exemplo, uma pistola automática, segundo a regra do Decreto nº 3.665, de 2000, seria de uso permitido se, na saída do cano, a munição apresentasse energia de até **300 libras-pé ou 407 joules**, enquanto o Decreto nº 9.785, de 2019, admite como de uso permitido pistolas com energia de munição na saída do cano de até **1200 libras-pé e 1620 joules**. Ou seja, o Decreto nº 9.785, de 2019, **quaduplicou** a energia da munição na saída do cano, para definir se uma pistola é de uso permitido ou de uso restrito.

Outra modificação, que não se relaciona à energia do projétil, diz respeito às armas de fogo de alma lisa: o Decreto nº 3.665, de 2000, classifica como de uso permitido apenas as de “calibre doze ou inferior, com comprimento de cano igual ou maior do que vinte e quatro polegadas ou seiscentos e dez milímetros e as de menor calibre, com qualquer comprimento de cano”, enquanto, nos termos do Decreto nº 9.785, de 2019, qualquer arma de fogo portátil de alma lisa é considerada de uso permitido, independentemente do calibre e do tamanho do cano.

Então, observa-se que o Decreto nº 9.785, de 2019, passa a permitir a aquisição e porte, nos termos dos arts. 4º e 10 do Estatuto do Desarmamento, de armas de fogo que, antes, eram consideradas de uso restrito, o que implica violação, por via indireta, das restrições impostas pela Lei de regência.



A rigor, não tendo a lei imposto limitações no que tange às definições estabelecidas pelo Decreto, não haveria, sob esse prisma, nenhuma ilegalidade. Ocorre que, no ponto, o limite deve ser o da razoabilidade, que é princípio de índole constitucional e que, por isso, permeia toda a legislação brasileira.

Então, sob o enfoque do princípio da razoabilidade, não se afigura adequado, por exemplo, estabelecer, como faz o Decreto, que uma escopeta seja considerada arma de fogo de uso permitido, pois não se trata de arma de defesa, senão de extermínio.

A se desprezar o princípio da razoabilidade, haveria que se admitir, por absurdo, perfeitamente legal um hipotético decreto que estabelecesse a bazuca como arma de fogo de uso permitido, o que francamente soa absurdo.

Então, o que se deduz é que o Decreto, ao não observar o princípio da razoabilidade, alterou profundamente o significado da Lei, promovendo superlativamente a aquisição de armas de fogo pela população.

Por fim, é importante salientar ainda a repercussão negativa que a redefinição sobre o conceito de armas de uso permitido e de uso restrito terá sobre a configuração dos crimes previstos nos arts. 12, 14 e 16 do Estatuto do Desarmamento.

Ao conceituar como de uso permitido armas que eram consideradas de uso restrito, certas condutas delitivas que foram tipificadas como posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (arts. 16) passarão a configurar o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (arts. 12 e 14, respectivamente), devendo seus praticantes receber

a redução de pena, diante do princípio penal da *novatio legis in mellius*, que estabelece que a lei mais benéfica retroage para beneficiar o réu (art. 5º, XL, da Constituição Federal; art. 2º, parágrafo único, do Código Penal).

Por exemplo, condutas delitivas que foram praticadas com armas que anteriormente eram classificadas como de uso restrito (.40, .45 e 9mm, por exemplo) passarão a ter tratamento mais brando, uma vez que agora serão configuradas como posse ou porte de arma de uso permitido (arts. 12 e 14 do Estatuto do Desarmamento). Assim, embora não fosse o objetivo do Decreto, a redefinição dos conceitos de armas de uso permitido e restritivo beneficiará milhares de condenados.

### II.3 – Do número de armas de fogo que podem ser adquiridas

Os §§ 8º e 10 do art. 9º do Decreto nº 9.785, de 2019, estabelecem a quantidade de armas de fogo de uso permitido que pode ser adquirida pelo interessado, nos seguintes termos:

“**Art. 9º** Para fins de aquisição de arma de fogo de uso permitido e de emissão do Certificado de Registro de Arma de Fogo, o interessado deverá:

I - apresentar declaração de efetiva necessidade;

.....

§ 1º Presume-se a veracidade dos fatos e das circunstâncias afirmadas na declaração de efetiva necessidade a que se refere o inciso I do *caput*.

.....

§ 8º O disposto no § 1º aplica-se à aquisição de até **quatro armas de fogo de uso permitido**, não excluída a caracterização da efetiva necessidade se presentes outros fatos e circunstâncias que a justifiquem, **inclusive para a aquisição de armas de fogo de uso permitido em quantidade superior a esse limite**.

§ 9º (Revogado).

§ 10. Os colecionadores, os caçadores e os atiradores poderão adquirir armas de uso permitido até o limite de:

I - cinco armas de cada modelo, para os colecionadores;

II - quinze armas, para os caçadores; e

III - trinta armas, para os atiradores.

§ 11. Poderão ser concedidas autorizações para aquisição de arma de fogo de uso permitido em quantidade superior aos limites estabelecidos no § 10, a critério da Polícia Federal.”

Ou seja, além de promover uma reclassificação das armas de fogo, para tornar de uso permitido o que antes era de uso restrito, o Decreto nº 9.785, de 2019, em conflito com o espírito do Estatuto do Desarmamento, autoriza a aquisição ilimitada de armas por uma mesma pessoa.

Com efeito, a primeira parte do § 8º do art. 9º acima transcrito estabelece o limite de quatro armas de fogo por pessoa, o que não é pouco; entretanto, a parte final do mesmo dispositivo admite a aquisição de armas de fogo “*em quantidade superior a esse limite*”. Isso sem falar na absurda quantidade de armas de fogo que podem ser adquiridas por colecionadores, caçadores e atiradores.

Conforme já salientamos anteriormente, o escopo do Estatuto do Desarmamento foi de desarmar a população. No nosso entendimento, o Decreto nº 9.785, de 2019, ao estabelecer a aquisição ilimitada de armas por uma mesma pessoa, extrapolou o poder regulamentar.

## **II.4 – Aquisição de arma de fogo de uso restrito**

O *caput* do art. 27 do Estatuto do Desarmamento estabelece que “*caberá ao Comando do Exército autorizar, excepcionalmente, a aquisição de armas de fogo de uso restrito*”.



O art. 11 do Decreto nº 9.785, de 2019, todavia, despreza o caráter de excepcionalidade exigido pela Lei, principalmente ao permitir a aquisição de arma de fogo de uso restrito, indiscriminadamente, até por pessoas físicas, integrantes dos órgãos policiais e das demais entidades nele mencionadas, e até mesmo para colecionadores, atiradores ou caçadores:

“**Art. 11.** Para fins de aquisição de arma de fogo de uso restrito, o interessado deverá solicitar autorização prévia ao Comando do Exército.

§ 1º A autorização será concedida, para fins de controle da dotação, mediante prévia comunicação acerca da intenção de aquisição, para:

I - os órgãos e as instituições a que se referem o inciso IV do caput do art. 51, o inciso XIII do caput do art. 52 e o art. 144 da Constituição;

II - o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

III - a Agência Brasileira de Inteligência;

IV - o Departamento Penitenciário Nacional e os órgãos prisionais e socioeducativos estaduais e distritais; e

V - as guardas municipais.

§ 2º O disposto no § 1º se aplica às aquisições de munições e acessórios das armas de uso restrito adquiridas.

**§ 3º A autorização para aquisição de armas de fogo de porte e de armas de fogo portáteis será concedida, desde que comprovado o cumprimento dos requisitos legais, observados os seguintes limites:**

**I - até cinco armas de fogo:**

**a) para os integrantes dos órgãos, das instituições e da corporação a que se referem o inciso I ao inciso IV do § 1º;**

**b) para as demais pessoas naturais autorizadas a adquirir arma de fogo de uso restrito nos termos estabelecidos na Lei nº 10.826, de 2003, ou em legislação específica e que não estejam mencionadas neste parágrafo; e**

**c) para os integrantes das Forças Armadas, nos termos estabelecidos no regulamento de cada Força ou da corporação;**



**II - até cinco armas de fogo de cada modelo, para os colecionadores;**

**III - até quinze armas de fogo, para os caçadores; e**

**IV - até trinta armas de fogo, para os atiradores.**

.....  
**§ 10. Poderão ser concedidas autorizações para aquisição de arma de fogo de uso restrito em quantidade superior aos limites estabelecidos no § 3º, a critério do Comando do Exército.**

.....”

A ampla gama de pessoas aptas a adquirir arma de fogo de uso restrito retira, sem dúvida, o caráter de excepcionalidade exigido pela Lei.

Aliás, a Lei não admite a aquisição de arma de fogo de uso restrito por particular, pois o art. 4º do Estatuto do Desarmamento, ao estabelecer os requisitos para aquisição de arma de fogo por qualquer interessado, apenas o faz em relação às armas de fogo de uso permitido, o que leva à conclusão de que as armas de fogo de uso restrito somente podem ser adquiridas, em caráter excepcional, pelas corporações da área de segurança pública.

Não bastasse, o § 3º do art. 11 permite a aquisição de número exacerbado de armas de fogo de uso restrito, o que não se justifica.

No mesmo sentido, por correlação lógica, a importação de armas de fogo de uso restrito, acessórios e respectivas munições por pessoas físicas também não deve ser admitida, conforme estabelece o art. 43, § 2º, inciso III do Decreto.

Portanto, no nosso entendimento, há, nesses pontos, novamente extrapolação do poder regulamentar pelo Decreto nº 9.785, de 2019.



## II.5 – Quantidade de munições adquiridas anualmente

Como se não bastasse o excessivo número de armas de fogo que pode ser adquirido pela mesma pessoa, o art. 19 do Decreto nº 9.785, de 2019, com a nova redação, permite a aquisição de munições também em número exacerbado:

“Art. 19. ....

§ 1º O proprietário de arma de fogo poderá adquirir até **mil munições anuais para cada arma de fogo de uso restrito e cinco mil munições para as de uso permitido registradas em seu nome** e comunicará a aquisição ao Comando do Exército ou à Polícia Federal, conforme o caso, no prazo de setenta e duas horas, contado da data de efetivação da compra, observado o disposto no inciso II do § 3º do art. 5º.

§ 2º Não estão sujeitos ao limite de que trata o § 1º:

**I - aqueles de que tratam o inciso I ao inciso VII do *caput* do art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003, quando a munição adquirida for destinada a arma de fogo institucional sob sua responsabilidade ou de sua propriedade;**

II - as munições adquiridas por entidades de tiro e estandes de tiro devidamente credenciados para fornecimento para seus membros, associados, integrantes ou clientes; e

III - as munições adquiridas para aplicação de teste de capacidade técnica pelos instrutores de armamento e de tiro credenciados pela Polícia Federal.

**§ 3º As armas pertencentes ao acervo de colecionador não podem ser consideradas para a aquisição de munições a que se refere o § 1º.**

§ 4º Os caçadores e os atiradores poderão ser autorizados a adquirir munições em quantidade superior ao limite estabelecido no § 1º, a critério do Comando do Exército e por meio de requerimento.”





A nosso sentir, o elevado número de munições que pode ser adquirido igualmente contraria o espírito do Estatuto do Desarmamento.

Dessa análise, concluímos que os seguintes dispositivos do Decreto nº 9.785, de 2019, extrapolam o poder regulamentar:

- art. 2º;
- art. 9º, §§ 8º, 10 e 11;
- art. 11, § 3º;
- art. 19;
- art. 20, §§ 3º, 4º e 5º;
- art. 25;
- art. 35;
- art. 36, § 6º; e
- art. 43, § 2º, III (na parte que trata de importação de armas de fogo de uso restrito, acessórios e respectivas munições por pessoas físicas).

Assim, a nosso ver, os dispositivos supramencionados são materialmente inconstitucionais por regulamentar norma editada pelo Parlamento em sentido precisamente oposto àquele significado que o Legislador emprestou originariamente à Lei. Ademais, são também formalmente inconstitucionais, porque estipulados pelo Poder Executivo, ente destituído de competência para inovar a legislação brasileira quanto à matéria, com clara extrapolação de sua competência normativa, que é sujeita e subordinada à Lei.



### III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela aprovação dos Projetos de Decreto Legislativo n<sup>o</sup>s 233, 235, 238, 239, 286 e 287, todos de 2019.

Sala da Comissão,

Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO



SF/19918.72081-08